

## **IMPRESSÕES SOBRE O ATENDIMENTO NA SECRETARIA DE UM CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA: FIEI/UFMG**

### **EXPERIENCES ON WORK IN A SECRETARIAT OF AN UNDERGRADUATE COURSE: INTERCULTURAL FORMATION FOR INDIGENOUS EDUCATORS (FIEI/UFMG)**

Luciana Gomes da Luz Silva\*

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre algumas experiências vividas durante o desenvolvimento das atividades de secretaria do curso de Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, no que se refere ao atendimento aos estudantes, aos docentes e ao público em geral. Serão apresentados alguns desafios do processo de institucionalização do curso assim como da inserção e aceitação do estudante indígena pela comunidade universitária. Observa-se que os indígenas buscam fortalecer suas identidades na interação com os não indígenas e mesmo entre indígenas. Há também um esforço por parte dos professores e outros profissionais mais próximos deles no curso de que os mesmos tenham seus direitos assegurados. A inserção dos povos indígenas na universidade demonstra o quão importante e necessário é a troca de experiências entre os dois mundos: indígena e não indígena. Aponta também para a necessidade de que se promova o debate e reflexão sobre os povos indígenas e suas demandas. Nesse sentido, considera-se que a reflexão sobre o dia a dia da secretaria poderá contribuir para o aprimoramento da inserção indígena na universidade uma vez que neste espaço o exercício de compreensão do mundo indígena para atendimento às suas demandas é potencializado.

**Palavras-chave:** Povos indígenas; Direitos; Ensino Superior.

**ABSTRACT:** The present work aims to discuss some experiences during the development of the activities of secretariat of the course of Intercultural Training for Indigenous Educators, regarding the attendance to students, teachers and the public in general. It will present some challenges of the process of institutionalization of the course as well as the insertion and acceptance of the indigenous student by the university community. It is observed that indigenous peoples seek to strengthen their identities in interaction with non-indigenous people and even among indigenous peoples. There is also an effort on the part of teachers and other professionals who are closest to them in the course that they have their rights guaranteed. The insertion of indigenous peoples in the university demonstrates how important and necessary is the exchange of experiences between the two worlds: indigenous and non-indigenous. It

---

\* Especialista em Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com graduação em Psicologia pela mesma instituição. Atua como assistente em administração na UFMG e coordena a ação Saberes Indígenas na Escola, parte do Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais criado pela SECADI/MEC. Contato: lucianag@fae.ufmg.br

also points to the need to promote debate and reflection on indigenous peoples and their demands. In this sense, it is considered that the reflection on the day-to-day work of the secretariat can contribute to the improvement of the indigenous insertion in the university since in this space the exercise of understanding of the indigenous world to attend to their demands is enhanced.

**Keywords:** Indigenous people; Indigenous rights; Higher Education.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo discorro sobre a minha experiência no trabalho como secretária do Colegiado do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (doravante FIEI) da UFMG no que se refere ao atendimento e acompanhamento das demandas de estudantes indígenas, docentes e público em geral. Meu trabalho na secretaria do curso teve início no ano de 2010, pouco depois do início efetivo do curso no ano anterior. Serão apresentados alguns desafios da institucionalização do curso e uma reflexão sobre o atendimento aos indígenas universitários, considerando o direito e a legitimidade destes de fazer parte da comunidade universitária.

O trabalho de secretária insere-se no cargo de Assistente em Administração. As atribuições esperadas para esse cargo são: dar suporte administrativo e técnico nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos variados, cumprindo todos os seus procedimentos necessários; preparar relatórios e planilhas; executar serviços da área de escritório; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; assessorar nas atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão (UFMG, 2014, edital 522).

Observa-se, no entanto, que o trabalho exercido na secretaria de um curso de licenciatura intercultural extrapola as definições propostas pela Universidade, considerando-se que, pela natureza do FIEI, o contato com outras culturas requer uma atenção especial às especificidades dos povos atendidos. Isso colabora inclusive para o crescimento interpessoal de todos os envolvidos: secretaria, professores, indígenas e comunidade universitária, pois mobiliza o olhar para o diferente o que colabora para reflexões mais profundas acerca do modo de viver do outro e de si próprio.

A descrição de algumas informações acerca do processo de trabalho da secretaria do curso proporcionará uma reflexão sobre a temática indígena, sobre a inserção dos indígenas na cultura da Universidade e como isso afeta os atores envolvidos. Permitirá ainda uma visão mais ampliada sobre essa convivência. Pode-se afirmar que as diferenças culturais perpassam esse contato, definem as relações e as identidades. Nesse sentido, os conceitos de identidade e diferença (SILVA, 2000) estarão presentes nessa reflexão.

A cultura indígena possui aspectos bastante peculiares e fornecem conhecimentos sobre um modo de vida pouco explorados, mesmo no ambiente universitário. As crenças e os rituais propiciam a cada indivíduo a noção de pertencimento a um povo e a vivência do coletivo. Em algumas das etnias atendidas no curso, a divisão dos membros do grupo tem como característica o estabelecimento de uma “hierarquia” composta pelos mais velhos, cacique, pajé, liderança indígena, sábios e isso impacta o atendimento. Não se trata de uma hierarquia subalternizante, mas de papéis estabelecidos dentro de cada cultura, que se preservam mesmo eles estando na universidade. Por exemplo, normalmente, solicitações feitas na secretaria não são realizadas diretamente pelo solicitante, mas sim através dos citados anteriormente. Como informa Clastres (1978, p. 143-144), a chefia, ou no caso desse artigo, a hierarquia destacada acima, não se relaciona a poder de mando. Relaciona-se à habilidade em resolver conflitos, problemas e em restabelecer a ordem. Para isso, é necessário que o chefe tenha prestígio.

Além disso, a partir da convivência com os indígenas no trabalho da secretaria foi possível observar que os índios têm consciência de seu lugar no mundo, ou seja, percebe-se neles o entendimento sobre seus direitos e a necessidade de estar em permanente luta por eles. Compreendem que a Universidade pode oferecer-lhes muito mais do que o curso superior almejado, mas também propiciar-lhes a visibilidade do existir indígena na sociedade em geral.

A acolhida dos indígenas também pela comunidade universitária ainda é cercada de dúvidas, dentre elas, sobre quais as razões que os trazem aqui. Ainda falta o reconhecimento de grande parte da comunidade universitária para que eles possam de fato exercer os direitos e deveres atribuídos a todos que

aqui frequentam. A existência de atitudes discriminatórias dirigidas aos indígenas no seio da instituição universitária aparece em contraposição aos conceitos teóricos desenvolvidos por seus membros acerca da acessibilidade e inclusão. Com efeito, salienta-se que o conhecimento sobre os povos indígenas e suas culturas poderia ser o ponto de partida para o entendimento desse novo público pela comunidade universitária. Enquanto esse conhecimento não for de domínio dos atores da universidade, o índio na UFMG ainda será considerado novidade e causará estranheza. Desta forma, é importante a promoção de debates sobre a presença dos indígenas na Universidade e tornar público quais são as demandas dos indígenas nesse espaço.

Espera-se que as experiências que aqui serão relatadas contribuam para um melhor atendimento aos povos indígenas na UFMG.

## **A RECEPÇÃO DOS INDÍGENAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

O curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (doravante FIEI) iniciou-se na Faculdade de Educação em agosto de 2009, como curso regular da UFMG, aprovado pelo Conselho Universitário através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. Anteriormente, em 2006, a Universidade já havia aprovado a oferta única, como projeto piloto, do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, denominado PROLIND (Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas), via convênios com a FUNAI, FUNASA e Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e financiamento do Ministério da Educação do Governo Federal.

No curso do PROLIND - os 140 indígenas contemplados eram originalmente professores já atuantes nas aldeias, mas sem a qualificação em nível superior. A turma concluiu o curso em 2011. O sucesso e aproveitamento do curso por estes indígenas suscitou o interesse das comunidades indígenas e da própria Universidade de que o curso Formação Intercultural para Educadores Indígenas passasse a ser ofertado como um curso regular desta Instituição.

Com a implantação pelo Ministério da Educação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), viabilizado pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior, foi possível transformar o projeto piloto do curso intercultural indígena, o PROLIND, na UFMG de oferta única em curso de oferta regular a partir de 2009.

A proposta do curso foi apresentada e aprovada nas instâncias legais da Universidade. Seriam ofertadas 140 vagas distribuídas em quatro habilitações. O processo seletivo seria anual com entrada de 35 estudantes por habilitação já previamente definida no edital de vestibular: a primeira entrada seria na habilitação Ciências Sociais e Humanidades (CSH), segunda entrada na habilitação Matemática (MAT), terceira entrada na habilitação Ciências da Vida e da Natureza (CVN) e quarta entrada na habilitação Línguas, Artes e Literatura (LAL).

As ações que possibilitaram a aprovação do curso como regular na UFMG foram precedidas de muitos debates e o engajamento do corpo docente que esteve envolvido no desenvolvimento do projeto piloto do curso, além de outros membros da universidade que compreenderam que existia demanda dos povos pela inserção no ensino de educação superior. Para tanto, observa-se que os envolvidos nesse processo, despojaram-se da concepção do indígena apenas como um ser exótico (RAMOS, 2007) e demonstraram que não se tratava apenas de dar continuidade ao que já havia iniciado, mas antes disso propiciar que este povos pudessem por em prática, nesse ambiente novo: a universidade, 'suas lições de criatividade' (RAMOS, 2007, p. 15). As lideranças indígenas também foram fundamentais nesse processo uma vez que estavam à frente da comunidade como interlocutores junto à Universidade. Compreende-se nesse processo o trabalho conjunto entre comunidade universitária e comunidade indígena, uma parceria capaz de ensejar às partes envolvidas o mútuo conhecimento, desejado por ambos.

O primeiro processo seletivo realizado no início de 2009 para a habilitação Ciências Sociais e Humanidades agregou à Universidade a primeira turma do curso FIEI a ser realizada após a institucionalização e contemplou 35 estudantes indígenas das etnias: Xakriabá, Pataxó, Tupiniquim e Aranã. E

assim, sucessivamente, a cada ano ocorreria a entrada de mais novos 35 estudantes indígenas nas habilitações até se chegar as 140 vagas aprovadas. Passados os quatro anos iniciais o curso já funciona regularmente com os 140 estudantes indígenas distribuídos igualmente nas quatro habilitações. O curso funcionaria com etapas intensivas na UFMG, denominadas módulos, e etapas intermediárias, chamadas intermódulos, realizadas nos territórios indígenas.

Concluídas as etapas de institucionalização do curso FIEI na UFMG, deu-se início ao funcionamento do curso na Faculdade de Educação. Contudo, antes do início das aulas propriamente ditas, houve a realização de concurso público para contratação de professores que atuariam no curso e também contratação de corpo técnico administrativo. Estabeleceu-se o espaço físico onde funcionaria a secretaria do curso, equipando-a com instrumentos que dariam suporte ao mesmo. Grande parte dos professores que já estava envolvido com o curso de oferta única (o PROLIND) continuou atuando na versão regular do curso (o FIEI). Em contraste com o curso de oferta única, em que todos os envolvidos eram contratados, mesmo aqueles que já eram do corpo docente e técnico da Universidade, com a institucionalização do curso, esses contratos acabaram, e houve o acesso dos estudantes indígenas a todos os serviços disponibilizados aos cursos já existentes na universidade, como professores, secretaria e serviços diversos. Dentre esses serviços, é importante ressaltar o acesso aos benefícios sociais promovidos pela Fundação Mendes Pimentel (FUMP) que, dentre outros benefícios, possibilita o acesso ao restaurante universitário a baixo custo, bolsa de material acadêmico, dentre outros.

A chegada dos estudantes em agosto de 2009 foi marcada pela sensação de vitória por parte dos novos estudantes e da equipe docente que assumiria o curso após a institucionalização. Muitos dos novos calouros eram bastante jovens e tiveram que enfrentar o desafio de sair da aldeia e viver a realidade da cidade grande. Nesse momento inicial, o apoio dos professores na orientação e suporte foi fundamental para eles superarem os novos desafios. Era preciso organizar a vida num espaço diferente e administrar o uso da bolsa recebida para custeio das despesas durante o período do módulo. Durante

esse primeiro período, o curso ainda não tinha uma secretaria estruturada, o que ocorreu somente no ano seguinte.

Um exemplo de problemas enfrentados na institucionalização do curso é o relatado a seguir. Em março de 2010, estava prevista para ocorrer a segunda etapa intensiva na Faculdade de Educação e nesse momento houve a estruturação da secretaria do curso. O retorno da turma de CSH ocorreria em meados do mês de março. No início do mês ainda não havia ocorrido o processamento do acerto da vida acadêmica dos estudantes no sistema acadêmico. Foi necessário buscar informações em instâncias diversas para que a secretaria promovesse este acerto. Por ser um curso novo e com tempos de estudo ocorrendo ora na Universidade ora na aldeia ainda não estava claro nos canais institucionais como computar esse tempo diferenciado de estudos no sistema. Enquanto para os cursos regulares da Faculdade de Educação e outros da Universidade (Pedagogia, Licenciaturas, etc.) as aulas já haviam se iniciado e os estudantes, juntamente com os colegiados de curso, estavam finalizando os acertos de matrícula, no FIEI os estudantes estavam em vias de serem excluídos por não terem nenhuma nota lançada no sistema nem matrícula realizada. Segundo as Normas Gerais de Graduação da UFMG as duas situações geram desligamento automático dos estudantes o que, se viesse a concretizar, prejudicaria enormemente os estudantes indígenas.

O órgão responsável pelo registro dos estudantes notificou a secretaria do curso para que confirmasse ou não a exclusão dos estudantes. Este foi o primeiro desafio da secretaria: providenciar a regularidade do funcionamento administrativo do curso no âmbito da Universidade. Em conjunto com a coordenação iniciaram-se os procedimentos de acertos diversos. Vale ressaltar que o acerto no sistema acadêmico ocorreu com o objetivo de regularizar a situação dos estudantes e do curso, mas não foi possível registrar a realidade do curso, qual seja, a divisão em módulos presenciais, intermódulo – atividades nas aldeias e retorno do módulo. Tais etapas ocorrem em momentos específicos que escapam do calendário acadêmico e até os dias atuais não são registrados/evidenciados no sistema da universidade. Se fosse possível esse registro no sistema, não teria sido configurado que os estudantes estavam sem notas, pois o semestre dos indígenas ainda não havia acabado.

Os estudantes de fato não tinham concluído a etapa anterior e, por isso, estavam sem nota. Somente após o retorno do módulo é que finalizariam as disciplinas. Os acertos tiveram que ser feitos para atender às Normas da Graduação que, como dito, não preveem a especificidade de funcionamento do curso. Vale registrar que em conformidade com o projeto político pedagógico do curso não havia irregularidade. O processo de matrícula também poderia ocorrer em data diferenciada uma vez que os alunos ainda não tinham concluído a etapa anterior.

Concomitantemente à resolução dos entraves administrativos, sobretudo, no que se refere ao sistema acadêmico, ainda havia a necessidade de garantir a permanência do estudante no curso, do ponto de vista financeiro. A liberação dos recursos para custeio dos estudantes ainda não estava garantida na matriz orçamentária da universidade. Os estudantes demonstravam preocupação e aflição a todo instante acerca dessa indefinição de custeio. Até aquele momento, as soluções estavam sendo pontuais. Os recursos estavam sendo buscados e negociados com a reitoria e o Ministério da Educação até que se promovesse uma solução definitiva.

## **A EXPERIÊNCIA DO MÓDULO OU ETAPA INTENSIVA NA FAE UFMG**

Passados os acertos finais para a recepção dos estudantes, ou seja, regularização da vida acadêmica no sistema acadêmico e negociações intensas para garantir a permanência, teve início a segunda etapa intensiva ou módulo. Embora a Faculdade de Educação já estivesse recebendo estudantes indígenas desde 2006, em função do curso oferta única (PROLIND), a presença dos indígenas ainda causava certa estranheza. A busca por atendimento dos estudantes na secretaria foi bastante tímida, característica bastante presente nesse universo indígena, apesar de serem muito receptivos e atentos.

É possível perceber, logo nos primeiros contatos, que os estudantes indígenas têm consciência de seus direitos individuais, mas, sobretudo, dos coletivos. Ao demandarem pedidos na secretaria geralmente vêm acompanhados de colegas e há sempre um no grupo que lidera e direciona a

conversa. Conforme referido anteriormente, a interação é sempre promovida pelos que têm mais prestígio (Clastres, 1978). Nesse primeiro contato, a grande demanda dos estudantes ficava por conta de buscar apoio para sanar questões financeiras. Com as indefinições acerca da regularidade de financiamento ficavam preocupados se conseguiriam arcar com os custos de estadia, transporte e alimentação.

Além disso, por serem bastante jovens e inexperientes precisavam de orientação para lidar com a questão financeira. A orientação sobre a utilização do dinheiro recebido através de bolsa para custeio do curso pelos estudantes foi marcante nos anos iniciais, mas ainda persiste nas novas turmas. Há etnias que não lidam diretamente com dinheiro em suas aldeias o que torna a ação de orientá-los sobre a parte financeira primordial. Ao longo do curso, percebe-se o quão complexa é a questão do custeio gerida pelos próprios alunos. Inicialmente não havia uma política definida de como se daria esse custeio, atualmente tem-se a bolsa permanência (será melhor detalhada abaixo). No entanto, a necessidade de orientação sobre o manuseio desse recurso aparece no curso a todo o momento e remete à reflexão acerca da possibilidade de se promover uma orientação mais didática sobre o controle de gastos seja na etapa presencial e mesmo na etapa intermediária do curso nas aldeias, de modo a minimizar possíveis transtornos causados por imprevistos no custeio do curso.

Todos esses elementos vão caracterizando a especificidade e a diferença no curso FIEI e estabelecendo quem são os indígenas e quem não são. SILVA (2000, p. 74) afirma que a identidade e a diferença caracterizam-se por aquilo que é e aquilo que não é, ou seja, é recorrente nas relações vividas durante o curso o estabelecimento das referências 'indígenas' e 'não indígenas'. Ainda segundo o mesmo autor, a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. O estabelecimento da identidade de quem é indígena e de quem não é determinará as relações entre os integrantes do universo do curso FIEI.

Uma das manifestações da diferença no curso é o fato de que dentro da cultura das etnias atendidas no curso, a presença da liderança indígena durante a realização da etapa presencial é primordial para o estabelecimento

das direções a serem seguidas pelos estudantes. Por essa razão a liderança indígena participa da tomada de decisões importantes para o curso e para os alunos. Isso não ocorre em outros cursos regulares da universidade em que os próprios estudantes tratam de suas questões acadêmicas.

Nessa mesma direção, em 2013, em reunião do colegiado do curso foi criado o Conselho de Lideranças Indígenas do FIEI, composto por lideranças de todos os povos presentes no curso, escolhidas pelos alunos. Em razão disso, houve o estreitamento das relações da secretaria do curso e do corpo docente com as lideranças indígenas escolhidas para representação no Conselho. Esse contato da liderança com a secretaria possibilitou uma maior compreensão de como são estabelecidas as relações interpessoais nas comunidades indígenas. Conforme referido, o estabelecimento de hierarquias nas etnias do curso parece constituir-se na chave para a promoção dos diálogos. As orientações a serem seguidas pelos indígenas passam pela figura da liderança e/ou cacique que define as regras e estabelece os limites a serem seguidos. Essa figura funciona como interlocutor que irá informar a todos sobre as regras, os direitos, os limites estabelecidos e a necessidade de se adequarem às normas da Universidade sem, no entanto, infringir a própria cultura.

Vale afirmar que a vivência estratificada será espelhada nas relações vividas no ambiente universitário, as pessoas serão identificadas pelos cargos que ocupam: coordenadores, professores, bolsistas, técnico-administrativos. Essa identificação será de extrema importância do ponto de vista indígena para o estabelecimento das relações. Para os índios, assuntos diferenciados serão tratados com interlocutores previamente definidos.

A necessidade de definição da identidade dos interlocutores como apresentado e das diferenças prementes entre eles, segue em direção à afirmação de Silva (2000) de que a relação social subjacente a esses dois conceitos - identidade e diferença - remetem a relações de poder. Para o indígena o aprendizado da complexidade na qual se estabelecem as relações entre os não indígenas é fundamental para que formem conexões com essa cultura. Muito embora os estudos sobre as sociedades primitivas demonstrem que estas são constituídas em prol de uma cultura de subsistência, onde o foco

é a satisfação primeira das necessidades básicas (CLASTRES, 1978), a apropriação, ou melhor, dizendo, o entendimento pelos indígenas de que para o homem branco o exercício do poder sobre seus semelhantes pode ser motivo de superioridade, faz com que os indígenas necessitem conhecer e identificar em seus interlocutores de onde eles falam e o que anseiam. Espelhando a noção de relações de poder para as relações que os indígenas precisam se submeter, para compreender a cultura do não indígena, muito embora, não haja sobreposição de poder entre os membros do povo, eles precisam compreender que no mundo do homem branco existe essa sobreposição e os direitos que eles almejam serão conquistados se souberem dirigir suas demandas aos poderosos responsáveis por ditar as regras, seja em qual espaço estiverem. Não se trata de 'opor o fuzil ao arco' (CLASTRES, 1978: 134), mas antes de tudo unir as forças com a compreensão do papel que cada um poderá desempenhar em determinado contexto. Nas comunidades indígenas que possuem lideranças, caciques, essas figuras recebem o destaque pelo prestígio que têm, junto à comunidade em detrimento de qualquer forma de poder sobre elas. Diante desse quadro, Clastres afirmou que:

Em função de que a tribo estima que tal homem é digno de ser um chefe? No fim das contas, somente em função de sua competência "técnica": dons oratórios, habilidade como caçador, capacidade de coordenar as atividades guerreiras, ofensivas ou defensivas. E de forma alguma a sociedade deixa o chefe ir além desse limite técnico, ela jamais deixa uma superioridade técnica se transformar em autoridade política. O chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma - verdadeiro lugar do poder - que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe. (CLASTRES, 1978, p.144).

Trazendo para a atualidade, o chefe indígena designado para desenvolver as relações com os não indígenas deverá ter o conhecimento necessário para apresentar as demandas dos povos compreendendo a relação de forças que terá que enfrentar. Como exemplo, tem-se o fato de que identificar-se como indígena dá acesso ao direito de concorrer a uma vaga do curso FIEI. Quem não se identifica dessa forma não tem o mesmo direito. Há também outros momentos em que a identidade e a diferença manifestam-se no

curso. Quando da entrada de novas etnias no curso tais como, por exemplo, Pankararu, Guarani e Pataxó HãHãHãe, uma das primeiras solicitações que esses povos fizeram foi a participação e ou inclusão no Conselho de Lideranças Indígenas, exemplificando o quão importante é nomear e representar as novas etnias ou, nesse caso, demarcar as identidades no curso. A presença no Conselho tem a função de marcar a representação do novo Povo de modo a garantir que seus anseios sejam protegidos.

Quanto às questões relativas à saúde, tema bastante recorrente e complexo no universo indígena, o tema da diferença e da especificidade do atendimento ao indígena também se apresenta. Durante o período da etapa intensiva do curso há uma busca constante por atendimento médico e odontológico, seja via Sesai (Secretaria Especial da Saúde Indígena), SUS (Sistema Único de Saúde) e até mesmo na rede particular. Os alunos chegam com pedidos de exames e queixas de saúde, muitas vezes de problemas antigos que não tiveram condição de resolver na aldeia e tentam resolver no período em que estão no módulo. Há um suporte na secretaria do curso que possibilita a realização de ligações e procura por profissionais que possam atendê-los. Os estudantes indígenas mineiros, que são professores da rede estadual de ensino, via de regra, buscam o atendimento médico via Ipsemg (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais), já os demais estudantes que não são da rede estadual e os que são de fora de Minas, no geral, buscam o atendimento via SUS. Em alguns casos os estudantes arcam com as despesas de clínicas particulares.

Apesar dos esforços da secretaria e também dos professores para dar suporte às demandas por atendimentos médicos, odontológicos e, por vezes, psicológicos aos estudantes, nem sempre os atendimentos são realizados da forma como os indígenas precisam. O atendimento via SUS é bastante precário e segue a mesma orientação de atendimento a qualquer cidadão brasileiro, ou seja, o indígena além de sua dor precisa enfrentar a falta de profissionais nos postos de saúde e as filas de espera. O atendimento particular e pelo convênio com o Ipsemg costuma ser bastante pontual para resolver aquela urgência específica e não possibilita o acompanhamento posterior, em função também do pouco tempo em que os estudantes estão

aqui. No caso das mulheres, muitas se descobrem grávidas no módulo ou precisam dar continuidade ao acompanhamento pré-natal e às vezes não conseguem ser atendidas. Houve, por exemplo, casos de abortos espontâneos sofridos no início da gestação e também num estágio mais avançado em que foi necessário realizar até o traslado do corpo do bebê para a aldeia. A questão da saúde indígena é um problema grave que requer maior atenção das autoridades e essa realidade se apresenta no curso como um grande desafio a ser enfrentado.

Outro aspecto desafiante para o curso, e que se relaciona ao estabelecimento das identidades e diferenças, são os episódios de preconceitos contra os estudantes indígenas na universidade. Durante o período em que os estudantes encontram-se na Universidade, por vezes são surpreendidos com episódios de desrespeito à cultura e à figura do índio. Em algumas vezes os episódios foram explícitos e geraram denúncias por parte dos estudantes indígenas, apoiados por suas lideranças.

As denúncias dos atos preconceituosos buscavam explicações para o inexplicável. Subjacente a esses atos inadmissíveis, conforme discutem autores como Ramos (2007), há o pressuposto de que o indígena deve se circunscrever à floresta e, que, portanto, não deveria estar na universidade. Coube ao Colegiado firmar cartas de repúdio e apoio aos estudantes às instâncias superiores. Denota-se que a atitude e postura dos indígenas durante esses momentos foram de uma sabedoria ímpar. Não houve confrontos diante da agressividade recebida, apenas estranhamento. Pode-se afirmar que se houve algum sentimento por parte dos indígenas este foi de incredulidade diante das agressões recebidas. Embora estejam às voltas com questionamentos e preconceitos em vários momentos de suas vidas, parece que não esperavam vivenciar essas ações no ambiente universitário.

Apesar de estarem ocupando o espaço da Universidade legitimamente, muitos foram questionados sobre ser um estudante indígena, com os mesmos direitos dos demais estudantes não indígenas. Nos relatos orais, uma estudante chegou a afirmar indignada que em um desses episódios vividos diretamente por ela, que não entendia o conflito, uma vez que ela e os demais não fizeram qualquer questionamento sobre qual etnia pertencia o

emissor do preconceito e sobre o seu direito de estar ali na recepção de um espaço público. Nessa ocasião, o grupo de estudantes indígenas aguardava atendimento como os demais universitários não indígenas que ali estavam. No entanto, somente eles tiveram seus direitos questionados e ouviram comentários preconceituosos sobre sua origem indígena. Percebe-se que mesmo que os estudantes indígenas venham para o ambiente universitário, orientados sobre a possibilidade de passarem por tais constrangimentos, quando estes ocorrem, sobretudo, explicitamente, as relações já estabelecidas sofrem abalos diante de atos tão covardes. Isso mostra que há ainda uma resistência muito grande por parte de alguns membros da comunidade universitária em aceitar os povos indígenas e suas culturas e a necessidade de que o debate seja reforçado para que tais situações não ocorram mais.

## **OS DESAFIOS E CONQUISTAS DO CURSO NA ATUALIDADE E O PAPEL DA SECRETARIA**

Em conjunto com a organização da inserção efetiva do curso FIEI na estrutura da Faculdade de Educação, com a estruturação da secretaria do curso, tanto da parte de recursos humanos quanto de infraestrutura de mobiliário e equipamentos de trabalho, foi também ampliado o corpo docente com a realização de concurso para professores efetivos. A ampliação das pessoas envolvidas tem sido fundamental para a demarcação do espaço indígena na Faculdade.

Outra grande conquista dos estudantes foi a criação em 2013 do Programa de Bolsa Permanência que garantiu o recebimento regular de bolsa para custeio das despesas de módulo e intermódulo a todos os estudantes do FIEI. A institucionalização do curso promoveu um grande avanço na garantia da inserção de novas turmas indígenas na Universidade, mas a questão da permanência dos estudantes e realização das atividades nas aldeias, que também demanda uma logística financeira, ainda não estava totalmente contemplada. Vale ressaltar que parte dos conflitos financeiros foi solucionada com a implementação do Programa de Bolsa Permanência.

Por contarem com o recurso financeiro, compete aos estudantes indígenas buscarem o local no qual desejam se hospedar durante a etapa

intensiva. Nesse processo houve muitos momentos complicados de locais de hospedagem que não ofereciam o mínimo necessário para passar o período e até casos de preconceito. Com apoio da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis e do colegiado do curso, buscou-se equalizar esse problema com a procura por locais de alojamento que pudessem garantir um espaço capaz de abrigá-los e permitir inclusive que os indígenas pudessem realizar seus rituais, além de garantir o mesmo tratamento de cordialidade oferecido aos demais hóspedes.

Do ponto de vista da secretaria e, considerando as falas dos índios, há muitos outros desafios a serem conquistados. O apoio às mães estudantes é um deles. A universidade é um espaço insalubre e inadequado para as crianças indígenas, que sempre adoecem se trazidas para esse ambiente. Assim, orienta-se que as mães tragam babás que cuidem de seus filhos enquanto elas permanecem na universidade. A solução desse impasse ainda é um desafio, pois de um lado têm-se as indígenas que querem estudar e ao mesmo tempo estar junto de seus filhos e de outro o ambiente de sala de aula que é inapropriado para as crianças.

Todos esses desafios poderão ser minimizados se houver uma maior compreensão pela comunidade universitária da motivação dos indígenas para estarem na Universidade. Ao longo de anos de aniquilamento dos indígenas e de sua cultura, a universidade converte-se em um local de fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, das culturas e línguas indígenas e isso pode ser uma ferramenta para que esses povos conquistem cada vez mais seus direitos. A aceitação das diferenças, em especial pelo não indígena, possibilitará o acesso dos índios a esse saber de forma menos conflitante.

Nesses desafios a secretaria se apresenta como ponto de apoio para a busca de informações e possíveis soluções. As demandas, em geral, são apresentadas na secretaria que tem o papel de repassar as solicitações e conduzir os processos advindos desses pedidos. Em alguns casos, a secretaria poderá atuar diretamente na solução dos problemas apresentados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a inserção do indígena no curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o processo de inclusão dos alunos e aceitação das diferenças tem sido acompanhado atentamente pelas instâncias superiores da Universidade desde a reitoria, passando pela direção da Faculdade e coordenação do Colegiado do curso. Para minimizar possíveis conflitos a cada semestre procura-se cercar a recepção dos estudantes buscando anunciar aos setores envolvidos o período em que o grupo chegará para a etapa presencial visando à organização para recebê-los. Compreende-se que pelo fato do período de estudo do curso ser intensivo, torna-se necessário informar a todos sobre esse momento por que impactos no funcionamento dos setores certamente serão sentidos. Há alterações desde o quantitativo de lanches que uma cantina precisa fornecer até o serviço de limpeza que terá um aumento no público atendido naquele período de 140 pessoas a mais.

Observou-se acima que um dos maiores problemas enfrentados pelos indígenas na universidade é o desconhecimento do seu mundo. Isso torna a inserção deles no ambiente universitário mais difícil. Por vezes esses indígenas enfrentam o preconceito que é a repetição do que ocorre fora do ambiente universitário. Apesar de quatro turmas formadas, muitos ainda desconhecem a presença do índio na UFMG. Mas, eles continuam chegando e marcando a presença na Faculdade de Educação. Alteram, de uma forma positiva, a rotina da Faculdade durante o módulo com seu modo de se apresentar em que a cultura está presente e até mesmo na venda do artesanato já tão conhecido dos que frequentam a Faculdade de Educação.

A expectativa é que cada vez mais indígenas venham para a UFMG. Recentemente foi aprovada a Resolução nº 02/2017, de 04/04/2017, que “dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para inclusão de pessoas negras, indígenas e com deficiência na Pós-Graduação stricto sensu na Universidade Federal de Minas Gerais.”, que deve entrar em vigor ainda esse ano. Desta forma, a comunidade universitária deve estar aberta e preparada para receber esse público, uma vez que os indígenas vão se estabelecendo nesse espaço

privilegiado do saber acadêmico, trazendo a riqueza da sua diversidade, das suas línguas e culturas, e, sobretudo, trazendo novos saberes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado. IN: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 132-152.

RAMOS, A. R. Do engajamento ao desprendimento. **Campos: Revista de Antropologia Social**, v. 8, n. 1, p. 11-32, 2007.

RAMOS, Alcida Rita. **Uma crítica da (des)razão indigenista**. Anuário Antropológico, Brasília, v. 2006, n. 1, p. 95-115, 2008. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202006/2006\\_alcidaramos.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202006/2006_alcidaramos.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102

UFMG EDITAL Nº 522, DE 23/12/2014 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24/12/2014, RETIFICADO PELOS EDITAIS Nº 523, DE 26/12/2014, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29/12/2014 E Nº 184, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27/02/2015 CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DESTINADO A SELECIONAR CANDIDATOS PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

UFMG. RESOLUÇÃO Nº 02/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

*Recebido em: 09/04/2017*

*Aprovado em: 28/06/2017*